



ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

*Luzia I. Graneiro Campos*  
Presidente da Comissão

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2022

### CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE LIDIANÓPOLIS E A EMPRESA ELOTECH GESTÃO PÚBLICA.

A Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 72.483.597/0001-83, com sede à Rua Juscelino Kubitschek, 327, Centro, nesta cidade de Lidianópolis – Paraná, neste ato representada pelo Presidente **Sr. Odair José Bovo**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 6.173.652-2-SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 883.257.769-00, residente e domiciliado na Rua Goiás, nº 149 - Centro, Lidianópolis-PR, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Rua Tupã, 1643, Recante dos Magnatas, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 80.896.194/0001-94, neste ato representada por seu (sua) representante legal, senhor (a) Leandro Joaquim de Souza, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, R.G. nº 8.715.232-4/SSP-PR, inscrito no CPF/MF, sob nº 035.470.069-37, residente e domiciliado à Rua Martin Afonso, nº 1210, Apartamento 402, Jardim Novo Horizonte, cidade de Maringá, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2022**, nos termos da Lei nº 8.666/93, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** datada de 19/09/2022 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O presente tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na concessão de licenciamento de Software de Sistemas Integrados de Gestão Pública, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico para a Câmara de Vereadores de Lidianópolis.**

1.2 – No presente contrato, o **CONTRATANTE** terá acesso aos seguintes serviços prestados pela **CONTRATADA**:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
308043692	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE SISTEMA DE GESTÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA- CÂMARA DE VEREADORES	300,00	3.600,00
308043693	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO, LOA) - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043694	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E TESOUREARIA MUNICIPAL - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043695	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043696	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE COMPRAS,	300,00	3.600,00





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

Luzia I. Graneiro Campos  
Presidente da Comissão

Fls. 09

			LICITAÇÕES E CONTRATOS - CÂMARA DE VEREADORES		
308043697	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043698	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DO CONTROLE DE PATRIMÔNIO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043699	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE FROTAS MUNICIPAL - CÂMARA DE VEREADORES	150,00	1.800,00
308043700	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE R.H., FOLHA DE PAGAMENTO, MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E E-SOCIAL	350,00	4.200,00
308043701	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ON LINE - CÂMARA DE VEREADORES	200,00	2.400,00
308043702	12	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA LEI 131/2009 - CÂMARA DE VEREADORES	300,00	3.600,00
308043703	1	SERV	SERVIÇO DE MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA OS USUÁRIOS - CÂMARA DE VEREADORES.	6.000,00	6.000,00

Valor Total Homologado - R\$ 34.200,00 (trinta quatro mil e duzentos reais)

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1 – Este instrumento contratual está vinculado aos termos da Inexigibilidade nº 009/2022, do qual é parte integrante, bem como seus anexos, independentemente da transcrição, vinculando-se, ainda, a proposta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

I - Instalar os sistemas, objeto deste contrato, e treinar a CONTRATANTE na utilização deles;

II - Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento;

III - Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias;

IV - Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas;

V - Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros;





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Luzia I. Graneiro Campos  
Presidente da Comissão

Fis. \_\_\_\_\_

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

VI - Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;

VII - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

VIII - Pagar empregados em dia e exibir ao CONTRATANTE, sempre que solicitada, as folhas de pagamento e as guias de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS) e do FGTS, em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados na execução dos serviços contratados;

IX - Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal do CONTRATANTE, clientes, visitantes e demais contratados;

X - Utilizar equipamentos adequados necessários à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e danos materiais que possam resultar ao CONTRATANTE ou a terceiros;

XI - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XII - Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste contrato;

XIII - Informar ao CONTRATANTE, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados alocados na prestação dos serviços;

XIV - Informar ao CONTRATANTE, também para efeito de controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamento definitivo e novas contratações de empregados, sendo aquelas num prazo de 24 h e estas até o dia do início do trabalho;

XV - Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercitada pelo CONTRATANTE;

XVI - Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou anexadas com o contrato, ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e o CONTRATANTE;

XVII - Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatário não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

XVIII - A ausência ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato;

XIX - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

XX - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

XXI - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações do CONTRATANTE;

XXII - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório durante toda a execução do contrato;

XXIII - Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços, fornecendo todas as informações e elementos necessários;





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

*Luzia I. Graneiro Campos*

Presidente da Comissão

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

XXIV - À CONTRATADA, por razões de interesse público, previamente justificadas, fica reservado o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados;

XXV - A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha a dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado, como dono do prédio, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da Contratada;

#### **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

I - Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

II - Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

III - Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

IV - Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo: assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas; manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina; e dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos;

V - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com as cláusulas estabelecida neste Contrato;

VI - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

VII - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

VIII - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IX - Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

X - A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO**

O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da ordem de serviços.

O prazo máximo para o início dos serviços é de 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura da ordem de serviço.





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

*Cezila I. Graneiro Campos*  
Presidente da Comissão

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

§ 1º - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- Houver alteração do prazo e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- Houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- Houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- Por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- Atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outro devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- Por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado;
- Outros casos previstos em lei.

§ 2º - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrente de força maior.

§ 3º - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução dos serviços, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

§ 4º - O CONTRATANTE se reserva ao direito de contratar a execução dos serviços com outra empresa desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

A fiscalização procederá a contar da formalização deste Contrato. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no objeto contratual, será registrada a situação inclusive para fins de notificação, e aplicação de penalidades previstas, se for o caso.

§ 1º - A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, técnicos, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;

- Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

§ 2º - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

§ 3º - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

§ 4º - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o serviço com toda cautela e boa técnica.

§ 5º - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Luzia I. Graneiro Campos  
Presidente da Comissão

Fis. 101

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

§ 6º - A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta da dotação específica, a saber:

06 – 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00

#### CLÁUSULA NONA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias de cada mês subsequente a prestação dos serviços. Para o pagamento a contratada deverá apresentar Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade e provar regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

A Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.

O Município de Lidianópolis fará as retenções de acordo com a legislação vigente ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

Na hipótese de atraso no pagamento da nota fiscal, desde que devidamente atestada, o valor devido pela Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis poderá ser atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC-IBGE.

A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários para a execução dos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do contrato.

§ 1º - A supressão de serviços resultante de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no “caput” desta cláusula.

§ 2º - Se no contrato não houver sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no “caput” desta cláusula.





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

O valor Contratado poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, (no caso do primeiro reajuste), ou da data do último reajuste (para as subsequentes), visando à adequação aos novos preços de mercado, dependendo de solicitação da Contratada e mediante aplicação do índice do IPCA-FGV sobre o valor do contrato inicial.

§ 1º - Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas a partir da assinatura do termo aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2. O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

12.3. Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Quando forem verificadas situações, que ensejem a aplicação das penalidades/multas previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao CONTRATADO dos atos a serem realizados.

§ 1º - Compete a Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

§ 2º - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- Quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização; e





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

Luzia I. Graneiro Campos  
Presidente da Comissão

e) Demais hipóteses mencionadas no art. 77,78 e 79 da Lei 8.666/93.

§ 1º - Decorrido atraso na execução do objeto, por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE tomar as medidas cabíveis para a rescisão contratual e a aplicação da multa.

§ 2º - A rescisão contratual, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

§ 3º - Declarada a rescisão do contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

A CONTRATADA concede à CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) Sistema(s), objeto deste contrato;

É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do banco de dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela legislação de direitos autorais. A lei nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização que pode chegar ao valor de 2.000 (duas mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente;

É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do (s) software (s) contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TREINAMENTO

Os eventuais treinamentos na utilização do software deverão obedecer aos seguintes critérios, quando for o caso:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;
- b) A CONTRATANTE indicará os usuários aos qual o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente;
- c) A CONTRATADA realizará o treinamento conforme seus cronogramas de implantação, e os repetirá sempre que houver pedido expresso da CONTRATANTE;
- d) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário;
- e) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO

Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento deles;
- b) Atualizações e alterações de sistemas em função de mudanças de moeda e alteração da legislação federal ou estadual, porém desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

Integram e completam o presente contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, especificações técnicas, bem como a proposta, anexos e pareceres que formam o processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O serviço, objeto do presente contrato, não admite subcontratação total ou parcial.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este contrato, mediante TERMO DE ADITAMENTO, quaisquer alterações nas especificações técnicas, nas quantidades, nos prazos ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente contrato administrativo, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1 - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

§1º - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

P

S





ESTADO DO PARANÁ  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
LIDIANÓPOLIS

CNPJ: 72.483.597/0001-83 Telefone: 043 3473-1238  
Rua Juscelino Kubitschek, 327  
CEP: 86865-000 - Lidianópolis - PR

Processo Adm: 092/2022

Processo de Compras nº 092/2022

Modalidade: Inexigibilidade nº  
009/2022

§2º - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão àqueles mencionados por extenso.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ivaiporã, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento Contratual em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Lidianópolis-PR, 03 de novembro de 2022.

Odair José Bovo

Presidente da Câmara de Vereadores

Contratante

LEANDRO JOAQUIM DE  
SOUZA:03547006937  
Assinado de forma digital por  
LEANDRO JOAQUIM DE  
SOUZA:03547006937  
Dados: 2022.11.07 16:20:17 -03'00'

ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA

Representante Legal

Contratada

Testemunhas:

Assinatura e Matrícula

220537

Kely Cristine Lemos Spicassi

Assinatura e Matrícula

EMERSON DIAS DE OLIVEIRA

10061





# SERVIÇO DISTRITAL DE ÁGUA BOA

MARIA DE FÁTIMA DIAS MIDAUAR - Tabeliã e Registradora Civil

LIVRO Nº 81-P

FOLHAS Nº 020/021

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA A FAVOR DE LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA NA FORMA ABAIXO DECLARADA.**

**S A I B A M** quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, (07/02/2022), neste Distrito de Água Boa, Município de Paçandu, Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, compareceu Outorgante: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ nº 80.896.194/0001-94, com sede à Rua Tupa, nº 1643 em Maringá-PR, CEP 87.060-510, com Contrato Social registrado sob NIRE nº 41207850023, aos 13/07/1989 na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, com a 30ª Alteração e Consolidação do Contrato Social registrada sob nº 20217980805, aos 20/12/2021 pela predita JUCEPAR, e Certidão Simplificada expedida aos 25/01/2022 pela predita JUCEPAR, documentos arquivados nestas notas nas folhas nº 479/488, na pasta nº 56, de arquivos de Contratos Sociais, neste ato a empresa será representada por seu administrador, **MARCO AURELIO CASTALDO ANDRADE**, brasileiro, maior e capaz, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº 33104464-SSP-PR, inscrito no CPF nº 708.899.709-63, residente e domiciliado à avenida cerro azul, nº 2649, lote g 36, jardim novo horizonte, maringá-PR, CEP 87.010-055, email: não consta, reconhecida como a própria e capaz para o ato por mim, Maria de Fatima Dias Midauar, Tabeliã, conforme os documentos de identificação supramencionados, nos termos do artigo 215, II, do Código Civil Brasileiro, do que dou fé. Então, pela Outorgante me foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador: LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, brasileiro, maior e capaz, diretor de operações, casado, portador da Cédula de Identidade nº 87152324-SSP-PR, inscrito no CPF nº 035.470.069-37, residente e domiciliado à Rua Martin Afonso, nº 1210, Apartamento 402, Jardim Novo Horizonte, Maringá-PR, CEP 87.010-411, email: não consta; a quem confere: poderes para representar a outorgante junto à Prefeituras, Câmaras Municipais e demais entidades/orgãos públicos e privados e para fins de participação em licitações, zelando por interesse da outorgante, especialmente os de rubricar toda a documentação e as propostas, emitir declarações, apresentar reclamações, impugnações ou recursos, desistir de prazos recursais, assinar atas e ofertar lances verbais de preço na sessão, podendo examinar e assinar comprovantes e documentos, transigir, receber, agindo, enfim, legalizar o que for preciso com a mais absoluta plenitude de poderes, para a prática de todos os atos que competirem ao outorgado, como administrador da sociedade. Podendo ainda assinar e firmar Contratos e Aditivos junto a órgãos e entidades públicas Federal, Estadual e Municipal. **Prazo de validade indeterminado, podendo substabelecer total ou parcialmente o presente mandato.** A Outorgante se responsabiliza civil e criminalmente pelas informações prestadas neste ato, declarando que conferiu e corrigiu os poderes,



LIVRO Nº 81-P

FOLHAS Nº 020/021

qualificação do mandatário, prazo, possibilidade ou vedação de substabelecimento e todas as demais cláusulas principais e adjacentes do presente, tudo estando conforme a sua solicitação. O Outorgado ao utilizar o presente deverá se pautar em postulados de probidade e correção, sendo que a mesma por eventuais faltas na forma prevista no Código Civil Brasileiro. Será comunicada a Junta Comercial respectiva, em face do provimento 42/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça. Apresentaram-me a Guia de Recolhimento ao FUNREJUS sob Número do Documento: 00000000048262670-2/Nosso Número: 14000000007766872, no valor de R\$ 23,66, vinculado na presente procuração, conforme Lei 18.415 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, da qual cópia fica arquivada nestas notas em pasta própria. Pela Outorgante me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse e dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme outorga. Consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens relativo ao CNPJ 80.896.194/0001-94, HASH Nº aac7.9daa.a4ef.5b61.42fc.2e7c.ddd3.68bd.f2cf.f002; CPF 035.470.069-37, HASH Nº 97af.7090.1912.5224.86de.8f7d.b1d8.a077.6b6b.45aa. Eu, (a.), Maria de Fatima Dias Midauar, Tabeliã a fiz digitar e dou fé. Ato registrado no livro PROTOCOLO GERAL 14, sob nº 118. Emolumentos: R\$94,62(VRC 384,62), Funrejus: R\$23,66, Selo: R\$2,04, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R\$4,73, ISSQN: R\$2,87. Total: R\$127,91. Selo Digital Nº F800XnnqtosWe35nXhtKVZD5y. Água Boa-PR, 07 de fevereiro de 2022. (aa.) MARCO AURELIO CASTALDO ANDRADE, administrador. Maria de Fatima Dias Midauar, Tabeliã.. Nada mais. Confere com o original e dou fé. Traslada na mesma data. Eu, \_\_\_\_\_, Tabeliã, conferi, subscrevo, dato e assino em público e raso.

Em Testº \_\_\_\_\_ da Verdade  
Água Boa-PR, 07 de fevereiro de 2022

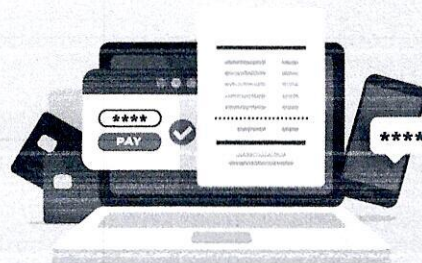
Maria de Fatima Dias Midauar  
Tabeliã





# Como recebo as cobranças da Elotech?

Temos parceria firmada com a empresa **Aldrix Meios de Pagamento S.A.**, que atualmente efetua as cobranças de todas as faturas geradas pela Elotech.



Desta forma, a Aldrix faz intermediação dos pagamentos entre todas as entidades públicas contratantes da Elotech, transmitindo os dados e liquidando os títulos creditórios. Em outras palavras, ela **é responsável pelo recebimento e cobrança de todos os títulos sacados pela Elotech.**



**Por isso, todos os pagamentos deverão ser efetuados diretamente à Aldrix, a qual na qualidade de credora poderá outorgar a quitação dos títulos creditórios.**

Vale destacar que todas as questões relacionadas à prestação de serviço continuam sendo tratadas com a Elotech. Somente as informações relacionadas a pagamento deverão ser tratadas diretamente com a Aldrix.

## Aldrix

**CNPJ** 31.030.023/0001-72

📍 Avenida Luiz Teixeira Mendes,  
nº 1690, sala 206 - Zona 05  
**CEP:** 87.015-000 - Maringá-PR.

☎ (44) 3040-0039

✉ cobranças@aldrix.com.br

## Elotech

**CNPJ** 80.896.194/0001-94

📍 Rua Tupã 1643 - Recanto  
dos Magnatas  
**CEP:** 87.060-510 - Maringá-PR.

☎ (44) 4009-3550

✉ faturamento@elotech.com.br ou  
juridico@elotech.com.br



DJ nº 255/2022

A Câmara de Vereadores de Lidianópolis

Prezado(a) Senhor(a),

**ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede à Tupã, nº 1643, Recanto dos Magnatas, CEP: 87.060-510, na cidade de Maringá – Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n. **80.896.194/0001-94** e com Inscrição Estadual Isenta, telefone: (44) 4009 3550, E-mail: juridico@elotech.com.br, vem, por intermédio de seu representante legal Sr. **Leandro Joaquim de Souza**, comunicar que:

Visando aprimorar a operacionalização dos nossos procedimentos, a **ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA.**, firmou contrato com a empresa **ALDRIX MEIOS DE PAGAMENTO S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.030.023/0001-72, com sede na Avenida Luiz Teixeira Mendes, 1690, sala 206, Zona 05, CEP. 87.015-000, Maringá-PR, a qual, passa essa a ser responsável pelo recebimento e cobrança de todos os títulos creditórios sacados pela **ELOTECH**.

Sendo assim, por ocasião do vencimento dos títulos, os pagamentos deverão ser efetuados diretamente à **ALDRIX MEIOS DE PAGAMENTO S.A**, a qual, na qualidade de credora, é a única que poderá outorgar a quitação.

Salientamos que todas as questões relacionadas à prestação de serviço continuam sendo tratadas com a **ELOTECH**, contudo, informações relacionadas a pagamento, deverão ser tratadas diretamente com a **ALDRIX MEIOS DE PAGAMENTO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.030.023/0001-72, telefone (44) 3040-0039 ou endereço eletrônico: cobranças@aldrix.com.br.

Sendo o que resta para o momento, aproveito a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Maringá, 07 de novembro de 2022.

LEANDRO  
JOAQUIM DE  
SOUZA:035470069  
37Assinado de forma digital  
por LEANDRO JOAQUIM  
DE SOUZA:03547006937  
Dados: 2022.11.07  
16:29:17 -03'00'**ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA**  
**CNPJ Nº 80.896.194/0001-94**  
**LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA**  
**DIRETOR DE OPERAÇÕES**Rua Tupã, 1643  
Jardim Universo  
CEP 87.060-510, Maringá-PR  
CNPJ 80.896.194/0001-94elotech.com.br  
44 4009 3550



*Luzia T. Granelro Campos*

Presidente da Comissão

Fis. 10

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS  
ESTADO DO PARANÁ**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 071/2022**

**CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS**

**CONTRATADO: ELOTECH INFÓRMATICA E SISTEMAS LTDA.**

**CNPJ: 80.896.194/0001-94**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na concessão de licenciamento de Software de Sistemas Integrados de Gestão Pública, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico para a Câmara de Vereadores de Lidianópolis.**

**VALOR: R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais)**

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses.**

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Mensal**

**INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/11/2022.**

**TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/11/2023.**

**EMBASAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022, homologada em 03/11/2022**

**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03/11/2022.**





# Diário Oficial

## Prefeitura de Lidianópolis

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 608/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**ANO: 2022 / EDIÇÃO Nº 3067**

**Lidianópolis, Segunda-Feira, 07 de Novembro de 2022**

### PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS  
ESTADO DO PARANÁ**

#### EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 071/2022

**CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS**

**CONTRATADO: ELOTECH INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA.**

**CNPJ: 80.896.194/0001-94**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na concessão de licenciamento de Software de Sistemas Integrados de Gestão Pública, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico para a Câmara de Vereadores de Lidianópolis.**

**VALOR: R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais)**

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses.**

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Mensal**

**INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/11/2022.**

**TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/11/2023.**

**EMBASAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022, homologada em 03/11/2022**

**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03/11/2022.**